

ENTRAVES E POTENCIALIDADES PARA O USO DA AGRICULTURA ORGÂNICA NA COMUNIDADE DA BARRA EM SANTA LUZIA – PB

BATISTA, Elisângela Maria de Souza¹;
RODRIGUES, Renato de Bozzano²;
LIMA, Rosimery Alves de Almeida³;
LYRA, Jessica Morais Braga⁴;
OLIVERA, Marcos Macri⁵;
LIMA, Amanda da Costa⁶

RESUMO

Nos últimos anos, o planeta Terra vem sofrendo consequências drásticas resultantes do uso indiscriminado dos recursos naturais. A agricultura, por sua vez, vem sendo uma das formas de degradação deste meio, quando realizada intensivamente e com o uso de agrotóxicos. Neste contexto, objetivou-se entender os entraves para a não utilização da agricultura orgânica na uma comunidade agrícola denominada de Barra, localizada no município de Santa Luzia-PB. Para tanto, através da pesquisa de campo, aplicou-se 22 questionários com agricultores. Os resultados serviram de base para esclarecer, principalmente, as razões da persistência do uso de agrotóxicos. Assim, percebeu-se que para ser possível o uso da agricultura orgânica faz-se necessário o incentivo ao agricultor através de políticas públicas que auxiliem no melhor conhecimento da propriedade e de alternativas para uma agricultura mais saudável ambientalmente.

Palavras-chave: Geografia da Saúde; Agricultura Orgânica; Meio Ambiente; Resíduos.

ABSTRACT

In recent years, the planet Earth has suffered drastic consequences resulting from the indiscriminate use of natural resources. Agriculture, in turn, has been one of the forms of degradation of this environment, when carried out intensively and with the use of pesticides. In this context, the objective was to understand the obstacles to the non-use of organic agriculture in an agricultural community called Barra, located in the municipality of Santa Luzia-PB. To do so, through field research, 22 questionnaires were applied to farmers. The results served as a basis to clarify, mainly, the reasons of the persistence of the use of pesticides. Thus, it was realized that in order to be possible to use organic agriculture, it is necessary to encourage the farmer through public

1 Licenciatura em Geografia pelas Faculdades Integradas de Patos (FIP); e-mail: elisangelamsb@hotmail.com

2 Licenciatura em Geografia pela FIP. Mestrando em Recursos Naturais pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). E-mail: renato_fip@hotmail.com

3 Bacharela em Administração pela UFCG; Mestranda em Recursos Naturais pela UFCG; E-mail: rosy.alves@bol.com.br

4 Bacharela em Administração pela UFCG; Mestranda em Recursos Naturais pela UFCG; E-mail: jessicabragaadm@gmail.com

5 Bacharel em Administração. Mestre em Engenharia da Produção pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB); E-mail: macri.ccjs@gmail.com

6 Bacharela em Administração. Especialista em Gestão da Qualidade e Produtividade. Universidade Estadual da Paraíba. E-mail: amdclimaa@gmail.com

policies that help in the better knowledge of the property and alternatives to a more environmentally healthy agriculture.

Key Words: Geography of Health; Organic agriculture; Environment; Waste.

INTRODUÇÃO

Em consequência do aumento da população no mundo após a II Guerra Mundial, houve a necessidade de uma maior produção de alimentos. Assim, com o intuito de aumentar a produtividade, introduziram-se substâncias químicas objetivando eliminar as pragas que atacam as lavouras, tais substâncias recebem hoje o nome de agrotóxicos, ou seja, são produtos químicos utilizados na agricultura, com o objetivo de combater pragas e organismos patógenos que possam comprometer essa produção (BOHNER; NISHIJIMA, 2013).

Por outro lado, atualmente, uma das maiores preocupações do homem é evitar a degradação progressiva do meio ambiente. Sendo este processo já evidente, haja vista que a população mundial passou a ficar em estado de alerta quanto à utilização de qualquer forma de deterioração desse meio, dentre estas, o uso indiscriminado de agrotóxicos.

Nos idos dos anos de 1990, após a ECO 92, os produtos naturais tiveram grande difusão em vários pontos de venda e no final da década chegaram aos supermercados (ORMOND *et al.*, 2002). Já nos anos 2000, muitos grupos ambientalistas e de consumidores que defendem a necessidade de uma agricultura mais sustentável demandam o apoio contínuo da pesquisa agrícola com base ecológica, já que existem soluções agroecológicas para todos os problemas biológicos que a tecnologia quer resolver.

No Brasil, a modernização agrícola passou necessariamente pela implantação da agroindústria na zona rural, expandindo-se quase que exclusivamente entre as grandes propriedades que, ampliavam as exportações nacionais, todavia um dos problemas que surgiu é que a investigação nas instituições públicas tem como reflexo, cada vez mais, os interesse de grupos privados, deixando de lado a parte boa da pesquisa pública como o controle biológico, os sistemas orgânicos e as técnicas agroecológicas em geral (ALTIERI, 2002).

A agricultura orgânica, por sua vez, surgiu para uma maior organização da produção no campo, bem como para suprir as necessidades das pessoas e também para uma maior sustentabilidade com relação à saúde dos seres vivos.

Diante disso, objetivou-se entender os possíveis entraves existentes para a não utilização da agricultura orgânica na comunidade da Barra, em Santa Luzia – PB.

Em síntese, a referida pesquisa justificou-se: por estar relacionada à sensibilização de produtores rurais quanto aos malefícios causados pela utilização dos agrotóxicos; pela relação com a propagação da agricultura orgânica como uma alternativa viável e saudável de produção de alimentos, tendo conseqüências positivas para a saúde do produtor e do consumidor e por servir de subsídio para outras pesquisas relacionadas a essa temática no Estado da Paraíba - PB.

METODOLOGIA

Realizou-se uma pesquisa de campo, com abordagem quanti-qualitativa, a partir de questionário individual direcionado aos que compõem a Associação de agricultores da comunidade da Barra em Santa Luzia – PB, bem como realizou-se uma oficina com esses associados para identificar possíveis soluções provenientes da percepção dos trabalhadores. Objetivando-se, pois, entender os possíveis entraves existentes para a não utilização da agricultura orgânica na comunidade da Barra, em Santa Luzia – PB.

Essa associação foi escolhida por utilizar rotineiramente agrotóxicos no plantio de suas culturas, inclusive a mesmo já é acompanhado pela ONG Programa de Promoção e Ação Comunitária (PROPAC), que vem realizando palestras com os mesmos, incluindo a temática dos agrotóxicos para viabilizar a implantação de cisternas de placas na localidade.

A comunidade Barra é constituída por pequenas propriedades de agricultura familiar, sua população é de, aproximadamente, 150 indivíduos. A maioria dos agricultores cultivava, principalmente, o plantio de mamão, sendo alguns incluindo milho, feijão, outras plantas frutíferas e hortaliças.

Assim sendo, entrevistou-se 22 agricultores, na qual participaram voluntariamente da pesquisa, no ano de 2017.

INSUMOS QUÍMICOS NA AGRICULTURA *VERSUS* USO DE AGRICULTURA ORGÂNICA

O uso de insumos químicos na agricultura vem ocorrendo principalmente através do agronegócio, com ênfase na monocultura. Esse modelo de agricultura que vem se instaurando no Brasil tem contribuído para uma utilização cada vez mais crescente de

utilização dos produtos químicos (fertilizantes e agrotóxicos), devido ao enfraquecimento do solo, perdendo a capacidade da fertilidade da terra. É importante enfatizar que é no agronegócio que estão os maiores investimentos em máquinas, que se por um lado ajuda na produção em uma maior escala, contribui para um desgaste do solo de forma exorbitante.

Através das informações colhidas na comunidade Barra, identificou-se a presença da monocultura do mamão, onde vários agricultores têm usado esse tipo de cultura que vem fortalecendo as redes de produção do agronegócio por todo Brasil, como é o caso de Açu-RN, e as Várzea de Sousa - PB, que serão descritos a seguir.

A dinâmica responsável pela performance do Pólo Açu/Mossoró é recente. Vem do final dos anos 1980 e tem sido estimulada pelo Estado, principalmente na implantação de grandes projetos de irrigação, os quais têm na fruticultura irrigada uma importante contribuição, tanto na modernização da economia como no aumento do produto agrícola regional.

As principais atividades econômicas definem um setor agropecuário voltado para o mercado externo. O Pólo Açu/Mossoró foi implementado em 1998, e é geograficamente formado por 11 municípios: Afonso Bezerra, Alto do Rodrigues, Açu, Baraúna, Carnaubais, Ipanguaçu, Itajá, Mossoró, Pendências, Serra do Mel e Upanema.

A irregularidade da distribuição temporal e espacial das chuvas nas regiões semi-áridas torna a atividade agrícola um empreendimento de alto risco. O armazenamento da água em grandes barragens e o fornecimento às plantas, com o uso da irrigação, têm sido o grande objetivo dos atuais governos, visando à instalação de pólos agro-industriais e a oferta de frutas *in natura* para exportação.

Considerando que a produção agrícola não depende apenas do fornecimento de água para as plantas, mas, também, de um conjunto de fatores, dentre eles os relacionados ao solo, é que o Governo do Estado da Paraíba contratou, nos idos de 1998, a Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária da Paraíba (EMEPA) o levantamento pedológico das terras das várzeas do município de Sousa. Sendo uma das soluções encontradas durante o século XX para atender a demanda por alimentos foi o aumento da produção agrícola via utilização indiscriminada de agrotóxicos.

Essa prática desencadeou a modernização da agricultura e fez com que surgisse uma verdadeira indústria agrícola, ou, agroindústria. Esse tipo de exploração agrícola ocasionou mudanças na pecuária e na agricultura.

Assim sendo, os meios que têm sido utilizados para o aumento da produção como o uso de grandes extensões de terra, o uso de máquinas e equipamentos e o uso de produtos químicos e/ou fertilizantes estão trazendo efeitos tão maléficos para o meio ambiente de um modo geral que já existem iniciativas para diminuição dos seus usos, assim como de novas alternativas de combate aos seus impactos, tanto para moradores da zona rural como da zona urbana.

Segundo dados do IBGE (2010) a agricultura familiar é responsável por aproximadamente 80% da produção agrícola do Brasil, isto significa que são os pequenos produtores que vem sustentando a demanda de alimentos no país. Destes 80%, parte dos produtores optam por utilizar a agricultura orgânica.

A partir da experiência produtiva da agricultura orgânica, a família pode passar a ter uma melhor qualidade de vida, já que passarão a consumir produtos de melhor qualidade.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O município de Santa Luzia localiza-se na região centro-norte do Estado da Paraíba, Meso-Região Borborema e Micro-Região Seridó Ocidental Paraibano. Limita-se ao norte com os municípios de Várzea e Ouro Branco (RN), a leste com São José do Sabugi (PB) e Equador (RN), ao sul com Junco do Seridó, Salgadinho e Areia de Baraúnas e a oeste, com São Mamede e Várzea (BRASIL, 2010).

De acordo com informações do trabalho de campo, fornecidas pelo então presidente da Associação da Barra, esta comunidade está localizada ao oeste do município de Santa Luzia – PB, com uma população de aproximadamente 150 habitantes. Com aproximadamente 25% de mata nativa conservada.

Os agricultores produzem, então, o mamão bem como fumo, tomate, melão, capim elefante com uso de irrigação, e no período chuvoso a produção é baseada nas culturas de subsistências como: feijão macaçar, milho, melancia, batata doce, arroz, dentre outras. Esta comunidade é marcada pela erosão do solo devido, principalmente, aos desmatamentos e a exploração mineral bastante, visto que se acentua nesta região.

Outro fator relevante é a existência do denominado Fundo Rotativo Solidário, a partir desta iniciativa as pessoas aderem contribuindo mensalmente com uma quantia e esses recursos são utilizados para desenvolver alguns mini projetos como aquisição de máquinas de costura, máquina de confecção de tela de arame, dentre outros.

Os agricultores questionados são predominantemente jovens, considerando o adulto até os 49 anos. A população feminina equivaleu a 59,09% dos respondentes enquanto a população masculina 40,7%, sendo no total 22 respondentes.

Com relação ao estado civil, 63,7% (14 pessoas) são casados, e destes, há predominância das mulheres casadas (40,7% - 9 mulheres); Das pessoas que se consideram estarem em união estável equivale a 22,6% (5 pessoas), há predominância dos homens nesta condição (3 homens - 13,7%). São poucos os solteiros (9,01% - 2 pessoas), sendo um homem e uma mulher. Por fim, há apenas uma pessoa divorciada (4,6%) e esta é mulher.

Com relação ao município de nascimento observou-se que pelo menos 19 respondentes, (86,36%) são de Santa Luzia e no que diz respeito ao município de residência pelo menos 21 respondentes (95,45%) residem em Santa Luzia - PB.

Quanto ao rendimento, percebeu-se dentre os que detêm menor capital (menos de 1 salário mínimo) que pelo menos 18,2% (4 respondentes) possui 4 ou mais dependentes, enquanto nos respondentes que detêm capital entre um e dois salários mínimos, o que detém o maior número de dependentes é apenas um agricultor (4,6%) possui o maior número de dependentes, chegando a se responsabilizar por três pessoas.

No que diz respeito à condição de ocupação a maioria dos respondentes, 63,7% (14 pessoas) já possui imóvel próprio quitado, 18,2% (4 pessoas) estão residindo em imóvel cedido por empregador e 13,7% (3 pessoas) reside em imóvel cedido de outra forma. No que diz respeito à quantidade de moradores por domicílios, 54,54% (12 respondentes) possui em sua residência uma média de 4 a 6 pessoas.

Ao serem perguntados sobre o tempo que utilizam o agrotóxico, 1 pessoa (4,6%) respondeu que nunca utilizou, quatro pessoas (18,2%) utilizam a menos de um ano, 31,9% (7 pessoas) utilizam esses agrotóxicos entre 1 e 5 anos, 9,01%, duas pessoas utilizam agrotóxicos por um período entre 6 e 10 anos e 13,7% (3 pessoas) utilizam a mais de dez anos. Dos questionados, 22,72% (5 pessoas) não responderam.

Quando perguntados se haviam trabalhado com outra atividade no campo antes de utilizar o agrotóxico 14 pessoas (63,7%) responderam que praticavam a agricultura em geral, plantando hortaliças, cereais, milho, feijão e algodão; 9,01% (duas pessoas) praticavam a pecuária e 22,6% (5 pessoas) não informaram.

Quanto às atividades paralelas à agricultura, 18,2% (4 pessoas) exercem a atividade de professor ou educador, 13,7% (3 pessoas) exercem atividades relacionadas à habilidades artísticas como ser músico, costureiro ou trabalhar com artesanato, 9,01%

(duas pessoas) trabalham com a construção civil (pedreiro e servente de pedreiro). Deste universo 59,09% (13 pessoas) não responderam.

Com relação ao tamanho da propriedade em que trabalham foi considerado como critérios de porte da propriedade as que teriam uma área com o equivalente a menos de um módulo fiscal (abaixo de 55ha), os que teriam uma área equivalente ao módulo fiscal (com 55ha) e os que trabalham em uma área com mais de um módulo fiscal (mais de 55ha) com relação ao município de Santa Luzia – PB (BRASIL, 1981). A partir deste critério, 90,90% das propriedades estariam com área abaixo de um módulo fiscal para Santa Luzia – PB e apenas duas pessoas não informaram.

Com relação ao proprietário da terra trabalhada, 45,9% (10 pessoas) respondeu que são os proprietários de suas terras, 31,9% (7 pessoas) são empregados e 22,6% (5 pessoas) moram em casa de parentes.

No que diz respeito ao destino da produção, 40,7% (9 pessoas) afirmou que produz para consumo próprio, 27,3% (6 pessoas) vendem no comércio local, 27,27% (6 pessoas) vendem para atravessador e 9,01 (duas pessoas), vendem para cooperativa.

Com relação à assistência agrônômica de órgãos governamentais, 77,27% não recebe assistência técnica do governo, 9,01% (duas pessoas) recebe assistência técnica da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) e 13,7% (3 pessoas) não informaram.

O vendedor do agrotóxico geralmente é a cooperativa, sendo a resposta de 36,5% agricultores, 22,6% (5 pessoas) compram de um atravessador, 9,01% (2 pessoas) compram no comércio e 9,01% (2 pessoas) compram no Rio Grande do Norte, e 4,6% (uma pessoa) compra na EMATER. Dos questionados, 18,2% (4 pessoas) não informou.

No momento da escolha do produto químico 13,7% (3 pessoas) recebem sugestão do vendedor, 13,7% (3 pessoas) recebe a sugestão do agricultor, 13,7% recebem a sugestão do agrônomo e 59,09%, (13 agricultores) não responderam.

Com relação à presença de um técnico responsável no local da venda do produto, 54,6% dos agricultores (12 pessoas) responderam que não há técnico, 9,01% (2 pessoas) informou que ele está presente e 31,09% (7 pessoas) não responderam.

A periodicidade de aplicação dos agrotóxicos varia. Há produtores (31,9%) que afirmaram que só aplicam quando as pragas atacam, ou seja, depende da época, 22,6% (5 pessoas) só aplica na época das chuvas, outros aplicam com periodicidades definidas, 4,6% (1 pessoa) aplica apenas uma vez, 4,6% quinzenalmente e 4,6% a cada dois meses e 31,9% (7 agricultores) não responderam.

Percebe-se que houve predominância com relação ao número de pessoas que se disseram usuárias de agrotóxico. Outros que não utilizam esses produtos alegaram que não faz o uso destes porque não conseguiram o crédito rural e com isso, além de não ter a obrigatoriedade de comprar o pacote tecnológico, não disponibilizavam de dinheiro para tal compra.

Dos agricultores participantes, a maioria disse seguir as orientações de outros agricultores experientes que usaram e recomendaram o produto, ao invés da bula. Eles associam a cor vermelha da faixa a perigo tendo, desta forma, mais cuidado e atenção.

Quando questionados sobre a utilização anterior aos agrotóxicos de outros produtos alternativos, 45,9% (10 pessoas) afirmaram que sempre utilizaram agrotóxicos, 31,9% (7 pessoas) já utilizaram produtos orgânicos e 5 agricultores (22,6%) não informaram.

Quanto à orientação inicial de utilizar agrotóxicos, 40,7% (9 pessoas) afirmaram que sentiram a necessidade de usar, dois agricultores (9,1%) afirmaram que a EMATER orientou, um agricultor (4,6%) afirmou que foi um parente, outro (4,6%) que foi a empresa e por último, outro agricultor (4,6%) afirmou que foi o veterinário. Deste universo, 36,5% (8 pessoas) não responderam.

Quanto às razões para ter iniciado o uso de agrotóxicos 40,7% (9 pessoas) afirmou que iniciou a utilização para combater as pragas, 9,01% (2 pessoas) por falta de esclarecimento, 9,01% (2 pessoas) por entender que seria a única saída para ter lucro na produção.

Dos questionados, 40,7% (9 pessoas) não responderam. Na ocasião em que foi pedido que se avaliasse a confiabilidade dos agrotóxicos atribuindo uma nota de 0 a 10, 22,72% (5 pessoas) afirmaram que o agrotóxico deveria receber uma nota entre 0 e 5, um agricultor (4,6%) afirmou que deveria ter uma nota entre 6 e 7 e 45,9% (10 pessoas) colocaram uma nota entre 8 e 10 e 22,72% não informou.

Com relação ao conhecimento de outras alternativas além do uso de agrotóxicos, 22,72% (5 pessoas) responderam que não existe alternativas, 12 agricultores (54,54%) afirmaram que existe e 5 pessoas (22,6%) não responderam.

Com relação ao grau de confiança nas alternativas ao uso de agrotóxicos, 6 respondentes (27,27%) afirmaram que seu grau de confiança varia entre 8 e 10; 9,01% (duas pessoas), avaliaram como tendo uma nota entre 6 e 7; 27,27% (6 pessoas) afirmaram que a nota ficaria entre 0 e 5. Deste universo 36,5% (8 pessoas) não responderam.

Percebe-se, então, que a maioria dos agricultores usa o agrotóxico por várias razões: pela imposição dos pacotes dos créditos rurais, a falta de uma política de incentivo dos poderes públicos em proporcionar alternativas mais seguras, a falta de conhecimento do agricultor sobre os malefícios que esses produtos trazem ao homem e a natureza. Reforçam, pois, a idéia de que é necessário a utilização destes para produzir e comercializar mais.

Sobre o local de preparação do produto, dos respondentes, 10 agricultores (45,9%) informaram que preparam no campo, 18,2% (4 agricultores) informaram que não há lugar reservado, um agricultor (4,6%) afirmou que prepara no armazém da casa, e 7 (31,9%) agricultores não responderam.

Com relação ao uso de EPI na preparação e aplicação de agrotóxicos, 10 agricultores (45,9%) afirmaram que não utilizam, 22,72% (5 respondentes) utilizam algum tipo de equipamento, enquanto 31,9% (7 pessoas) não responderam ao questionamento.

Sobre o uso dos equipamentos de proteção individual (EPI), concordaram que deveriam usá-los. A justificativa mais comum para a não utilização dos EPI, confirmada no próximo depoimento, seria o desleixo com relação a esses aspectos.

“Eu sou muito desleixado. Eu só troco de roupa. Mas nunca uso máscara nem luva [...], também não somos informados quanto à proteção por ninguém, nem onde compramos os venenos, só indica a dosagem que é para passar na roça, mas dizer que é pra vestir um macacão, uma proteção... nunca.”

No que diz respeito à lavagem das roupas do trabalho após a aplicação de produtos químicos 13 agricultores (59,09%) responderam que lavam em casa, separadamente e 40,7% (9 respondentes) não responderam.

Com relação à lavagem dos equipamentos de aplicação 31,9% (7 agricultores) realizam esta atividade no campo, 18,2% (4 pessoas) lavam em casa, 4,6% (um indivíduo) lava no riacho e 10 agricultores (45,9%) não informaram.

As embalagens vazias em geral não são descartadas, pois 27,27% dos respondentes (6 pessoas) afirmaram que colocam dentro das sacolas devido o vendedor do produto ter pedido a devolução após o uso.

Outros cinco agricultores (22,6%) afirmaram que queimam as embalagens, 13,7% (3 respondentes) enterram, um agricultor (4,6%) joga no “mato” e sete dos respondentes não informaram perfazendo 31,9%.

Muitos agricultores mostraram-se cientes dos riscos de contaminação do meio ambiente em relação às embalagens vazias de agrotóxicos, quando destinadas inadequadamente:

“Nós antes enterrá (sic), queima (sic)s ou até mesmo jogava (sic) no meio ambiente, mas [...] ficamo (sic) sabendo que vamo (sic) ter que devolver onde compramo (sic) o veneno para ser reciclado, então vamos guardar para devolver lá.”

Com relação aos danos à saúde que poderiam ser trazidos a partir do uso de agrotóxico 81,9% (18 pessoas) afirmaram que, de fato, esses produtos trazem danos à saúde, enquanto que 18,2% (4 pessoas) não informaram.

Quando foram indagados se conheciam alguém que havia sido atendido por intoxicação ou outro problema que estivesse relacionado ao agrotóxico, 16 agricultores (72,8%) afirmaram que conheciam, enquanto 9,1% (2 pessoas) disseram que não conheciam. Deste universo 4 pessoas (18,2) não informaram.

Percebeu-se durante a reunião que a maioria dos indivíduos que responderam ao questionário estavam diretamente envolvidos na aplicação de agrotóxicos e, contraditoriamente, consideravam esses produtos como veneno. Os sintomas relatados como típicos de intoxicação foram: dor de cabeça, tonteira e vômitos.

Os agricultores mostraram conhecer a possibilidade de intoxicação do indivíduo que trabalha diretamente com o produto e dos demais trabalhadores e moradores da propriedade rural, bem como as conseqüências da exposição crônica. O depoimento dos mesmos abaixo ilustra essas observações:

“Eu faço isso aí, se eu puder evitar, melhor porque esse veneno mata aos poucos [...]. Tem pessoas que na hora que sente o cheiro do veneno já passar mal.”

Os agricultores da Barra reconheceram a possibilidade de intoxicação após o uso inadequado de agrotóxicos no campo e seu impacto negativo no meio ambiente. Porém, eles nem sempre utilizam seus conhecimentos e experiências pessoais em atitudes e

práticas mais seguras, como o uso adequado de EPI e alternativas de plantações com o uso da agricultura orgânica.

Dos questionados sobre a utilização orgânica 68,18% (15 respondentes) já utilizaram a agroecologia e destes, pelo menos 66,66% consideraram que os resultados foram positivos. Apesar de nem todos utilizarem a agroecologia, pelo menos 21 respondentes (95,45%) afirmaram que a agricultura orgânica pode trazer algum benefício.

Dentre as respostas quanto a essa questão, foram apresentadas as seguintes opiniões: a) pode melhorar a saúde, deixa mais saudável; b) melhora a qualidade de vida; c) é uma alimentação de qualidade; d) a pessoa não adoece.

Quando questionados sobre a importância do uso de um produto com qualidade ou apenas ter produtos em quantidade 86,36% (19 pessoas) respondeu que a qualidade seria mais importante, entretanto, dois respondentes (9,01%) afirmaram que tanto a qualidade quanto a quantidade era importante e apenas 1 (4,6%) não respondeu.

Quando perguntados sobre o incentivo à agricultura orgânica, 14 pessoas (63,7%) responderam que já incentivaram colegas a utilizar a agroecologia, enquanto 8 pessoas (36,5%) não incentivaram.

Dos que incentivaram, a partir de resposta aberta afirmaram pelo menos cinco tipos de opiniões diferenciadas. Desta forma, um grupo afirmou que foi uma ótima experiência, outro colocou que houve desistência. Um terceiro grupo afirmou que devido o aumento dos custos houve desistência. Outras opiniões obtidas foram que não houve aceitação ou a aquisição dos produtos pelo consumidor foi dificultada.

A partir de uma pergunta aberta, foi solicitado que os agricultores apresentassem o que esperam sobre a agricultura orgânica em termos de rendimento. Os discursos gerados estiveram em torno dos seguintes temas: a) aumento do rendimento, mais lucro para que melhore a qualidade de vida; b) um maior reconhecimento através do aumento de consumo; c) melhorar a saúde; d) melhorar o produto, enfim, boas coisas.

Percebe-se que essa melhora do rendimento através da agricultura orgânica é entendida como uma melhoria em vários aspectos, dentre eles o reconhecimento do produto como sendo melhor e conseqüentemente aumentando o consumo, assim como a melhora da saúde, o que acarreta em menos gastos com remédios, por exemplo.

Apesar de muitos dos agricultores colocarem a questão do aumento de rendimento como sendo uma prioridade para a utilização da agricultura orgânica.

Quando foi solicitado que comparassem a qualidade da produção atual com a produção de gerações anteriores (que em sua maioria cultivava sem agrotóxicos) 45,9% (10 agricultores) afirmaram que a terra produzia melhor nas décadas passadas do que na atualidade.

Apenas 3 agricultores (13,7%) colocaram que a terra tem melhor produtividade com o uso de agrotóxicos, no entender de alguns estudiosos (VEIGA; DUARTE; MEIRELLES; GARRIGOU; BALDI, 2007) isto caracteriza-se como uma eficiência econômica, mas uma injustiça socioambiental. Um agricultor (4,6%) afirmou que esta produtividade dependeria do manejo.

Os outros, ainda sobre esse questionamento, (8 agricultores – 36,5%) não responderam ou a resposta não se aplicava à pergunta. Quando perguntados sobre o consumo individual de alimentos 22,72% (5 respondentes) afirmaram que utilizam produtos sem agrotóxico, ainda que parte deles plante utilizando agrotóxicos. Quatro destes agricultores (18,2%) consome o que produz com agrotóxicos e 13 (59,09%) não responderam.

Com relação à consciência sobre o uso de produtos orgânicos e sua relação com a diminuição de doenças, 21 (95,45%) afirmaram com certeza que o uso da agroecologia diminui índices de doenças, o que corrobora com o estudo de Nodari e Guerra (2015) e apenas um agricultor (4,6%) não soube responder.

Observou-se durante a reunião que os agricultores que colaboraram com a pesquisa são, na sua grande maioria, pessoas com pouco conhecimento técnico, mas que o conhecimento tácito e os costumes são repassados de geração em geração. Todavia, nem sempre esse conhecimento técnico está relacionado com melhores práticas de prevenção da saúde humana e do meio ambiente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observou-se a dramática realidade da exposição dos trabalhadores aos agrotóxicos a partir de um contexto da falta de conhecimento dos males que esses produtos podem causar ao meio ambiente, a si mesmo e a sociedade de um modo geral.

Os agricultores, por sua vez, são condicionados a utilização de tais substâncias, dentro de um sistema sócio econômico, por diversos fatores dentre eles, para terem acesso a créditos através de políticas públicas, os chamados pacotes tecnológicos,

contrariando, pois, os costumes e conhecimentos dos agricultores de lidar com a terra, com a natureza e com sua própria saúde de forma mais sustentável.

Praticamente invisível, desde o ponto de vista desta mesma falta de conhecimento da população consumidora, o problema dos agrotóxicos não está sendo levado em consideração da forma que deveria pelos segmentos da sociedade, visto que seu potencial de causar impacto negativo a saúde humana e ao meio ambiente é considerável, demandando, pois, políticas públicas mais assertivas.

Enfim, outro elemento preocupante são as leis que regulamentam, timidamente, a utilização de substâncias tóxicas no Brasil, pois o que se percebe é a baixa eficácia na sua aplicação e fiscalização por parte das autoridades competentes.

O estudo aponta para a fragilidade dos respondentes não conhecerem profundamente a temática aqui estudada, o que pode, em maior ou menor grau, impactar os resultados desta pesquisa.

Portanto, a partir dos achados aqui encontrados, instiga-se novos trabalhos acerca da agricultura orgânica no contexto paraibano, principalmente, tanto por parte do meio acadêmico quanto da elaboração de políticas públicas pelo Estado, para a disseminação do conhecimento não apenas para esta categoria, mas para a sociedade de um modo geral.

REFERÊNCIAS

ALBERGONI, L.; PELAEZ, V. Da revolução verde à agrobiotecnologia: Ruptura ou continuidade de paradigmas? **Revista de Economia**, v. 33, n. 1, p. 31-53, jan./jun. 2007. Editora UFPR.

ALTIERI, M. A. **Biотecnologia agrícola: Mitos, Riscos Ambientais e alternativas**. Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil, 2002.

BOHNER, T.; ARAÚJO, L.; NISHIJIMA, T. O impacto ambiental do uso de agrotóxicos no meio ambiente e na saúde dos trabalhadores rurais. **Rev. eletrônica do curso de Direito** – UFSM. v. 8, p. 329-341, 2013.

BRASIL. **Legislação – ITR**. Taxa de serviços cadastrais – contribuição ao INCRA: Lei, Decreto e Instruções Especiais. Brasília: Ministério da Agricultura/ INCRA. 1981, 247p.

_____. IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010. **Resultado dos Dados Preliminares do Censo 2010**. Disponível em: www.ibge.gov.br/cidade@. Acesso: 2 de out. de 2017.

NODARI, R. O.; GUERRA, M. P. A agroecologia: suas estratégias de pesquisa e sua relação dialética com os valores da sustentabilidade, justiça social e bem-estar humano. **Estudos Avançados**, v. 29, n. 83, 2015.

VEIGA, M. M.; DUARTE, F. J. D. C. M.; MEIRELLES, L. A.; GARRIGOU, A.; BALDI, I. (2007). Contamination by pesticides and Personal Protective Equipment (PPE). **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, v. 32, n. 116, p. 57-68.